

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



Maracanã, 9/11/2016 - 9h56 – 13h30

Local: Prefeitura Municipal de Maracanã

Participantes:

BP	AECOM	Entidades presentes
Juliana Rondon	Larissa Lago	SEMAGRI
	Victoria Fontes	Prefeitura
		Secretaria de Cultura
		Secretaria de Meio Ambiente
		RESEX Marinha de Maracanã
		Secretaria de Turismo
		Secretaria de Finanças

Às 9h56min Juliana Rondon, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59, da empresa consultora, AECOM, e das outras empresas responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

O secretário do meio ambiente comentou que recebeu mapas desse bloco. O Secretário de finanças perguntou se a empresa atua apenas em atividades marítimas e foi afirmado que, no Brasil, sim. Foi perguntado por ele se os poços previstos de serem perfurados na região norte já foram explorados ou se algum já se encontra na fase de produção e quais as fases de licenciamento ambiental esses blocos já se encontram. A representante da BP afirmou-se que esses Blocos adquiridos na região norte ainda estão em fase de licenciamento ambiental para que possam realizar a perfuração, comentando sobre os prazos que as empresas estabelecem com a ANP e o IBAMA.

O secretário de finanças, que estava representando a prefeitura, perguntou ainda se, caso a empresa não encontre petróleo, como ficaria a situação dos royalties e se aquele poço explorado que não tinha petróleo voltaria para ANP ou poderia continuar com a empresa. Foi respondido pela representante da BP que o poço é devolvido para a ANP caso a empresa entenda que não é viável permanecer explorando aquele Bloco ou se a empresa não cumprir os prazos. O secretário do meio ambiente perguntou se, em caso de vazamento, o petróleo pesado provoca mais danos ao ambiente do que o petróleo leve e foi respondido que qualquer vazamento causará danos ao ambiente.

Dando seguimento à apresentação, Juliana Rondon, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, "Campo do Petróleo em Jogo", onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da



atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

Foi feita uma pergunta pelo secretário de finanças sobre a rodada de licitação, a concessão das licenças ambientais e sobre atuação da Marinha do Brasil e a representante da BP esclareceu que ocorrem as rodadas de licitação para que as empresas demonstrem o seu interesse em explorar um determinado Bloco. A partir desse momento o IBAMA é envolvido através do processo de licenciamento ambiental para verificar se a atividade é viável ambientalmente. Durante todo o processo a Marinha do Brasil é envolvida e notificada, considerando que os Blocos marítimos encontram-se em área da União.

Foi questionado pelo secretário de agricultura sobre o tipo de helicóptero e o tempo do voo e foi respondido que será um de grande porte e aproximadamente uma hora de viagem.

A representante da BP questionou se eles saberiam estimar quantas embarcações utilizam o porto de Belém, onde o secretário de finanças comentou acreditar serem mais de três mil embarcações, destacando que também acredita que o incremento no tráfego marítimo pela atividade da BP seria irrisório para aquele porto. A representante da BP acrescentou que apesar da baixa magnitude em comparação ao tráfego já existente na região portuária, o estudo de impacto ambiental identificou a sobreposição da rota de embarcação com a área de pesca artesanal, como um possível impacto à atividade pesqueira. Caso venha ocorrer qualquer acidente, enquanto medida mitigadora, a empresa disponibiliza contatos de e-mail e 0800 para que avarias relacionadas à atividade da BP sejam comunicadas à empresa e assim o dano ser reparado.

A representante da AECOM, Larissa Lago, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

O Secretário de cultura comentou sobre a pesca e solicitou que fosse comentado novamente sobre o fator qualidade da água e biota marinha. Foi perguntado ainda sobre a rocha que vira cascalho, se ela é salgada e qual a sua formação. A representante da AECOM reafirmou que o impacto previsto para a pesca é devido à sobreposição da área de pesca do município com a rota das embarcações de apoio à atividade de perfuração, sendo este um impacto que durará o curto período previsto de aproximadamente 150 dias para esta atividade e reforçou as medidas mitigadoras para esse impacto e que há um canal de contato entre a BP e os possíveis



impactados visando sanar os danos causados pela empresa. Em relação ao impacto sobre a qualidade da água, a representante da AECOM esclareceu que estão previstos descartes de efluentes, fluido de perfuração de base aquosa, alimentos triturados e cascalhos alterando temporariamente a qualidade da água, no entanto, ressaltou também que todo descarte ao mar deve seguir as orientações do IBAMA e há medidas mitigadoras para esse impacto. Por fim, a representante da BP esclareceu que os cascalhos são fragmentos de rochas do fundo marinho e que eles variam de acordo com cada tipo de formação rochosa. Todas as dúvidas foram sanadas.

Foi levantado pelo secretário de meio ambiente durante a reunião o acidente da Samarco e o mesmo comentou que neste caso, acredita que a empresa não se preocupou com a prevenção de acidentes e nas ações de tomada de decisão para minimizar e sanar os danos. Comentou também sobre acidentes como do Golfo do México e outro de vazamento de caulim em Barcarena. Assim a representante da BP destacou que a empresa já passou por situações reais, como o acidente no Golfo do México e hoje a empresa evoluiu tecnicamente para prevenir e agir em caso de acidentes.

Foi perguntado pelo secretário de meio ambiente sobre a destinação dos resíduos e se as empresas que os recebem são fiscalizadas. Foi esclarecido todo o processo de acompanhamento, auditoria, geração de não conformidades e todo o processo de recebimento, reciclagem e responsabilidade que as empresas possuem. Novamente foi comentado sobre o recebimento desses resíduos usando como exemplo um fato vivenciado pelo secretário de finanças em um empreendimento em que houve a troca de um contêiner e devido a isso, foi realizado um procedimento incorreto onde foi incinerado um tipo de resíduo erroneamente, causando alguns danos ao ambiente. O participante comentou sobre todos os critérios das empresas de resíduo e comentou o quanto é perigoso essa questão de gerenciamento de resíduos.

O secretário de meio ambiente perguntou se antes do golfo do México já existiam todas essas prevenções para minimizar danos ou evitar o acidente e foi apresentada a evolução nas medidas preventivas e mitigadoras a partir desse acidente surgiram novos equipamentos e procedimentos para evitar os danos.

A representante da AECOM iniciou o vídeo da modelagem para o caso de haver um vazamento de óleo no bloco e foram reforçadas as questões de segurança da empresa e o empenho que a mesma possui para evitar qualquer acidente.

Após a apresentação abriu-se espaço para dúvidas e esclarecimentos:

Foi perguntado pelo secretário de meio ambiente se, caso houvesse um vazamento de óleo e a mancha chegasse a águas internacionais, qual seria a atitude da empresa e o procedimento adotado. Foi respondido pela representante da BP que independente do direcionamento do óleo, a empresa é responsável por combater o vazamento e fazer o máximo para evitar danos ao local. Outra pergunta que surgiu pelos mesmos é se no caso do óleo tocar a costa, se a empresa irá com o IBAMA para verificar. Foi respondido que a comunidade é quem conhece a



área e por isso, vai junto à empresa verificar os danos e discutir medidas. Mas o órgão ambiental e a ANP serão imediatamente notificados e participarão do processo. Ele ainda questionou-se qual seria a atitude do outro país em relação a um vazamento e foi respondido que nesse caso, cada órgão tomara o seu posto: IBAMA, Marinha, empresa e os órgãos internacionais. E ainda que a mancha passe para águas internacionais a empresa continua responsável pelos danos causados.

Foi perguntado pelo secretário de cultura sobre impactos sociais e econômicos e foi reforçado que não há previsão de geração de empregos para o município durante essa fase e um impacto social considerado é a geração de expectativas.

Foi perguntado também pelo secretário de cultura se caso a empresa detectar petróleo, haverá investimento na parte cultural e social e foi respondido que investimentos na área de cultura e educação não são de responsabilidade da empresa, mas poderá haver incrementos na arrecadação de impostos do município e por isso, um desenvolvimento para a região.

Os participantes comentaram que foi de grande importância esta reunião, pois qualquer informação e repasse de conhecimento é válido e eles consideraram que ir para a Audiência Pública já com esse tipo de conhecimento irá auxiliá-los durante esse processo de licenciamento ambiental.

O representante da RESEX informou sobre um grande problema que a cidade vem passando em relação ao rio que está secando em suas margens e na localidade já é possível fazer a travessia andando. Foi comentado pelo secretário do meio ambiente que na verdade é o contrário, o mar está avançando. No entanto, o representante da RESEX afirmou que o assoreamento e a erosão do rio, vêm acontecendo devido ao desmatamento e descarte de lixo no rio. Assim ele solicitou uma pesquisa sobre o rio. A representante da BP esclareceu a questão de responsabilidade de cada empresa ressaltando que não foi verificado no estudo nenhum impacto específico com o rio maracanã, indicando que a questão do assoreamento do rio não está relacionada com a atividade de perfuração no bloco FZA-M-59. No entanto, a representante da BP disse que é importante o registro da informação é importante para que o IBAMA possa direcionar essa questão aos órgãos responsáveis.

Foi informado também pelo secretário de agricultura que o assoreamento do rio aconteceu também pela instalação de currais utilizando sacos de areia que foram criando bancos.

Não havendo mais questionamentos ou colocações, a representante da BP encerrou a reunião às 13 h e 30 min.